

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

Aos oito dias do mês de junho de 2022, pelas 11 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 7, de 1 de junho de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Designação de Deputado Relator (a indicar pelo GP do PS) para elaboração de parecer, a remeter à Comissão de Orçamento e Finanças, sobre a [Conta Geral do Estado de 2020](#);**
4. **Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto n.º 52/XV/1.ª \(PS\)](#) — De saudação ao Dia Nacional da Segurança Social;**
5. **Apreciação e votação do relatório final sobre a [Petição n.º 309/XIV/3.ª](#) — Por uma Primeira Infância sem discriminação, da iniciativa de Susana Tavares Batista (213 assinaturas);**

Relatora: Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)

6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre a situação financeira da instituição;**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição dos dirigentes do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), sobre a afetação de verbas do FEFSS;**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, Dr.ª Catarina Marcelino, e da Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Dr.ª Adelaide Franco, sobre a situação do acolhimento de refugiados da Ucrânia;**
 - **Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), no âmbito do Estatuto profissional da animação sociocultural.**
7. **Discussão e votação da proposta de Regulamento da Comissão para a XV Legislatura;**
8. **Apreciação e votação da proposta de Plano de Atividades da Comissão para a XV Legislatura;**



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

9. Outros assuntos.

Aberta a reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, começou por cumprimentar as Senhoras e Senhores Deputados, tendo, de seguida, dado início aos trabalhos, nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 7, de 1 de junho de 2022;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Presidente anunciou a baixa à Comissão do [Projeto de Lei n.º 108/XV/1.ª \(PS\)](#) — Reforça a salvaguarda do interesse público, a autonomia e a independência da regulação e promoção do acesso a atividades profissionais, alterando a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro e a Lei n.º 53/2015, de 11 de junho, informando que a iniciativa já se encontrava em apreciação pública. Cabendo ao Grupo Parlamentar do CH indicar Deputado para a elaboração de parecer, o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) remeteu a indicação para momento posterior.

3. Designação de Deputado Relator (a indicar pelo GP do PS) para elaboração de parecer, a remeter à Comissão de Orçamento e Finanças, sobre a [Conta Geral do Estado de 2020](#);

Neste ponto foi designada relatora a Senhora Deputada Cristina Sousa (PS).

A pedido do Grupo Parlamentar do PS, os trabalhos prosseguiram para o ponto 6 da ordem de trabalhos:

6. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

- Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição do Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa sobre a situação financeira da instituição;

O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) apresentou o [requerimento](#), realçando a relevância do papel da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no apoio às populações mais vulneráveis e frisando a necessidade de ver esclarecidas as notícias que tinham vindo a público sobre a situação financeira da instituição, em particular, o eventual impacto da pandemia nesse domínio. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

- Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição dos dirigentes do Fundo Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) e do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), sobre a afetação de verbas do FEFSS;

A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou o [requerimento](#), explicando que as questões que se pretendiam ver clarificadas já haviam sido colocadas à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sem que tivessem, na opinião do seu Grupo Parlamentar, obtido um esclarecimento cabal. A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PSD) disse que o respetivo Grupo Parlamentar não ia inviabilizar a realização da audição, questionando, contudo, se não faria sentido que a mesma decorresse na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação (CEOPPH), tendo em conta que se tratavam de verbas do Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado. Em resposta, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) declarou que nada tinha a opor quanto à possibilidade de convite aos Deputados da CEOPPH para participar na referida audição, não obstante, considerava que aquela devia ser realizada no âmbito da CTSSI, pois estavam em causa verbas afetas ao orçamento do Fundo de Estabilização Financeira Segurança Social. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que o CH acompanharia o requerimento do PSD. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

- Requerimento, apresentado pelo GP do PSD, para audição da Presidente do Instituto da Segurança Social, Drª. Catarina Marcelino, e da Presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, Drª Adelaide Franco, sobre a situação do acolhimento de refugiados da Ucrânia;



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado Rui Cruz (PSD) expôs os motivos que levaram à apresentação do [requerimento](#), destacando as competências do ISS, I.P. e do IEFP em matéria de acolhimento de refugiados e salientando as dificuldades de integração de jovens e adultos. O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) fez menção à substituição do texto inicial do requerimento, solicitando confirmação por parte do Grupo Parlamentar do PSD se o propósito subjacente ao requerimento era o de ver esclarecida a situação relativa ao acolhimento de refugiados em todo o território nacional, ou se visava um âmbito local mais restrito. A Senhora Presidente usou da palavra para esclarecer que a versão original do requerimento fazia alusão ao Município de Setúbal, tendo sido, posteriormente, retirada do texto a referência ao dito município e alargado o âmbito a todo o território nacional. Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

- Requerimento, apresentado pelo GP do BE, para audição da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), do Secretário de Estado do Trabalho, Miguel Fontes, e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sociocultural (APDASC), no âmbito do Estatuto profissional da animação sociocultural.

A apreciação do presente requerimento foi adiada para a reunião seguinte, a pedido do Grupo Parlamentar do PS.

7. Discussão e votação da proposta de Regulamento da Comissão para a XV Legislatura;

O Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração ao projeto de regulamento relativa ao adiamento de pontos das ordens de trabalho das reuniões, nos seguintes termos:

«(Adiamento da discussão e votação)

1. A discussão ou a votação de determinada matéria pode ser adiada até três vezes:
 - a) Potestativamente, a pedido de qualquer Grupo Parlamentar ou Deputado único representante de um partido, por uma só vez, para a reunião seguinte;
 - b) Por deliberação da Comissão, se tal for proposto pelo Presidente ou requerido por qualquer Grupo Parlamentar ou Deputado único representante de um partido, e obtida a anuência do proponente caso corresponda ao segundo adiamento ou subsequentes.



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a discussão ou a votação de determinada matéria pode, ainda, ser adiada se houver deliberação da Comissão sem votos contra.»

Submetida a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade e inserida sistematicamente no regulamento como artigo 16.º.

O projeto de regulamento, integrando a proposta acima mencionada, foi aprovado por unanimidade.

Nesta fase, foi retomada a ordem do dia com os pontos que haviam ficado pendentes.

5. Apreciação e votação do relatório final sobre a [Petição n.º 309/XIV/3.ª](#) — Por uma Primeira Infância sem discriminação, da iniciativa de Susana Tavares Batista (213 assinaturas);

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) apresentou o [relatório](#), da sua lavra, sobre a petição em epígrafe, esclarecendo os trâmites processuais que foram adotados e dando conta do objeto da mesma. Terminou destacando as conclusões que constam do relatório. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade.

4. Discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto n.º 52/XV/1.ª \(PS\)](#) — De saudação ao Dia Nacional da Segurança Social;

O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) apresentou o projeto de voto, destacando a importância da Segurança Social no combate à pobreza e à exclusão social, comparando o sistema a um cinto de segurança e relevando o seu papel na construção da democracia. Frisou ainda o mérito da intervenção da Segurança Social num período particularmente difícil como tinha sido o da crise provocada pela pandemia da Covid-19. No debate, interveio a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) que notou a inexistência de uma referência específica aos trabalhadores da Segurança Social, cujo contributo para o funcionamento do sistema era, no seu entendimento, crucial, com elevado nível de exigência durante a pandemia. Defendeu ainda que no projeto de voto faltava uma referência de valorização do sistema contributivo da Segurança Social e da



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

sua função na redistribuição da riqueza. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que, relativamente ao texto do projeto de voto, o seu Grupo Parlamentar concordava com a ideia da Segurança Social como eixo central do Estado, mas disse discordar dos elogios tecidos ao longo do texto, por entender que muitos problemas subsistiam sem que o Partido Socialista, com tantos anos de ação governativa, os conseguisse resolver. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) declarou que o respetivo Grupo Parlamentar se associava ao Grupo Parlamentar do PS na apresentação daquele voto, salientando a importância do papel da Segurança Social em todas as suas áreas de intervenção, em especial durante o período da pandemia. Disse concordar com a sugestão do PCP relativamente à referência aos trabalhadores, frisando que estes continuaram a exercer funções mesmo no período mais difícil da pandemia, no qual a maior parte das atividades foram suspensas, pelo que entendia ser da maior justiça que se lhes fosse dado esse destaque. Devolvida a palavra ao proponente, o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) agradeceu as intervenções anteriores e esclareceu que a referência aos trabalhadores estava inerente à apresentação do voto, uma vez que sem eles o sistema não funcionava. Por fim, acolhendo as sugestões do PCP e do PSD, quanto à referência aos trabalhadores da Segurança Social, apresentou uma alteração à parte deliberativa do voto, nos seguintes termos:

«A Assembleia da República saúda o Dia Nacional da Segurança Social, destacando o contributo inestimável do sistema público de Segurança Social para a proteção de toda a população, com especial enfoque nos mais vulneráveis, contribuindo para a redução da pobreza, reforçando a igualdade e a coesão social e contribuindo para uma sociedade mais igualitária e justa, **saudando ainda o papel e o contributo dos trabalhadores para a concretização do seu propósito.**»

Submetida a votação, a parte deliberativa do projeto de voto, contendo a alteração *supra* referida, foi aprovada por unanimidade.

8. Apreciação e votação da proposta de Plano de Atividades da Comissão para a XV Legislatura;

Neste ponto, a Senhora Presidente informou que, previamente aquela reunião, a mesa e os coordenadores haviam reunido para debater a proposta para o Plano de Atividades



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

da Comissão para a XV Legislatura, tendo sido consensualizadas as propostas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD. A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) transmitiu as propostas apresentadas pelo respetivo Grupo Parlamentar, designadamente a realização de uma conferência subordinada ao tema «Pobreza – Impactos no Desenvolvimento Económico e Social de Portugal 2022 – Diferentes Perspetivas e Novas Estratégias de Eficácia Coletiva, entre a Política, Economia e Sociedade», bem como a concretização de uma visita a um Serviço de Emprego e Formação da região Alentejo ou Centro, para auscultar os funcionários acerca dos desafios na aplicação das medidas de emprego e formação em vigor. Por sua vez, o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) deu conta das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, a saber: a realização de conferências sobre a temática do combate à pobreza e à exclusão social e sobre o tema do rendimento médio em Portugal. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) acrescentou ainda que o plano de atividades devia manter as atividades previstas no plano de atividades anterior, não realizadas, tendo sinalizado aquelas que para o seu Grupo Parlamentar deviam, de forma inequívoca, ser mantidas, nomeadamente:

- Deslocação à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira, e também às cinco Regiões do Continente, delimitadas pelas respetivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, com o seguinte âmbito:
 - ✓ Reuniões com as instituições particulares de solidariedade social, bem como com as associações empresariais, organizações de trabalhadores e Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, no sentido de perceber o impacto da doença COVID-19 nas referidas regiões;
- Sessão pública de avaliação intercalar da Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas Sem Abrigo (2017-2023), com a participação do Governo, das autarquias, das organizações da sociedade civil e de pessoas em situação de sem-abrigo;
- Conferência: reflexão sobre as estratégias de intervenção no domínio do Envelhecimento Ativo;

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

- Encontro Europeu de Deputados para partilha de políticas de emprego e de erradicação da pobreza;

O Plano de Atividades nos termos *supra* mencionados foi aprovado por unanimidade, na ausência dos Grupos Parlamentares do IL e do BE.

9. Outros assuntos.

No ponto reservado a outros assuntos, a Senhora Presidente informou que, no decurso da reunião, havia dado entrada um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre o corte nos apoios de combate à pobreza, solicitando esse Grupo Parlamentar que a apreciação do referido requerimento decorresse ainda naquela reunião, inserido no presente ponto, o que não veio a ocorrer por oposição do Grupo Parlamentar do PSD. Antes de terminar, a Senhora Presidente deu ainda nota de que se encontrava agendada uma reunião do Grupo de Trabalho – Audiências e Audição de Peticionários na quinta-feira, dia 9 de junho, pelas 14 horas, na qual seriam ouvidos os primeiros subscritores da [Petição n.º 256/XIV/2.ª](#) — Regulamentação das Profissões de Informação Turística.

A reunião foi encerrada pelas 11 horas 43 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de junho 2022.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 8/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares De Moura (PS)
Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Fernando José (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Sérgio Monte (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Rui Rocha (IL)
Diana Ferreira (PCP)
José Moura Soeiro (BE)
Irene Costa (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Carla Madureira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Sónia Ramos (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Roque (PSD)